

## ESTUDO SOBRE A REALIDADE DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO MUNICÍPIO DE JUÍNA-MT

SILVA, Genivaldo Alves da<sup>1</sup>

SILVA, Fabio Bernardo da<sup>2</sup>

**RESUMO** - O objetivo deste artigo é compreender a realidade da educação escolar indígena do município de Juína localizado na região noroeste de Mato Grosso. Este trabalho busca contribuir para o debate em torno da realidade da educação escolar indígena no município de Juína – MT, além de abordar as peculiaridades de um assunto que merece grande atenção por parte dos órgãos que fiscalizam a “educação escolar indígena”. Contextualizando as unidades escolares indígenas assistidas pela assessoria pedagógica do município de Juína e apresentando dados sobre a realidade das mesmas como nível de formação dos professores. Objetiva-se também uma reflexão sobre o currículo das unidades escolares indígenas mato-grossenses. Para tal finalidade foi realizado uma pesquisa qualitativa com características descritivas e explicativas. Por fim concluímos que é de suma importância que o Estado desenvolva políticas de estruturação da assessoria pedagógica, e políticas de formação de professores indígenas, dando assim um suporte adequado às unidades escolares indígenas envolvidas.

**Palavras-Chave:** educação; escolas indígenas; políticas públicas.

### 1. INTRODUÇÃO

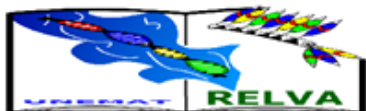
Conhecida como Rainha da Floresta o município de Juína localiza-se a 737 km da capital do estado, possui um vasto patrimônio cultural indígena em sua paisagem cotidiana, onde se torna possível presenciar as culturas Rikbaktsa, Cinta Larga, Ena-Wenê-Nawê entre outras etnias que se fazem presentes na zona urbana da cidade. Trata-se de uma região rica em língua indígena (FERREIRA, 1994, p. 139).

O território do município de Juína abriga duas áreas indígenas e uma Estação Ecológica a Iquê Juruena (FERREIRA, 1994, p. 139). Essas áreas juntas perfazem um total de quase 75% de todo o território, sendo que a população indígena é de mais 1200 (mil e duzentos)

---

<sup>1</sup> Especialista em Gestão em Educação Física e Atividades Físicas – FIFASUL – Professor do Curso de Licenciatura em Educação Física da Faculdade Noroeste do Mato Grosso – Ajes, em Juína – MT, E-mail: genivaldoa@bol.com.br

<sup>2</sup> Mestre em Educação – UNIJUÍ – Coordenador das licenciaturas e professor do curso de Licenciatura em Matemática da Faculdade Noroeste do Mato Grosso – Ajes, em Juína – MT, E-mail: fabiober.silva@gmail.com



indígenas. Com grande contingente populacional, torna-se de suma importância a implantação de unidades escolares específicas para que possa suprir os anseios dessa população indígena.

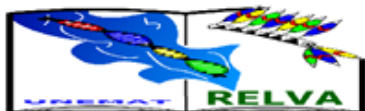
Em toda área indígena do município de Juína, à presença de apenas uma unidade escolar indígena assistida pela Assessoria Pedagógica, no entanto, nos últimos anos esse quadro vem sendo alterado. Algumas cidades através de suas assessorias encontram dificuldades em dar suporte a suas unidades de ensino, principalmente, em relação ao traslado e distância, com essas dificuldades e o acesso a essas unidades de ensino sendo mais acessível o caminho por território de Juína. Por esse motivo, algumas unidades escolares veem sendo transferida sua jurisdição para a Assessoria desse município.

A garantia à educação de qualidade aos povos indígenas está garantida em leis específicas (Referencial Curricular Nacional Educação Indígena 1998, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 1996, Constituição Federal 1988). Preocupados em fornecer uma educação de qualidade aos povos indígenas a assessoria não conta com suporte adequado para garantir aos povos indígenas a qualidade nos encaminhamentos e orientação do processo de desenvolvimento. Contudo, destaca-se como de extrema importância ter estudos que proponham uma visão atual sobre o processo de desenvolvimento da educação indígena no município.

Diante desse quadro, o presente artigo tem como principal objetivo compreender a realidade da educação escolar indígena do município de Juína localizado na região noroeste de Mato Grosso. Primeiramente serão caracterizadas as unidades escolares no tempo e espaço, em seguida será feito uma discussão sobre o currículo das unidades escolares indígenas, e posteriormente, serão apresentados dados da educação indígena do município.

## **2. UNIDADES ESCOLARES INDÍGENAS ASSISTIDAS PELA ASSESSORIA PEDAGÓGICA DE JUÍNA- MT**

Hoje são assistidas pela Assessoria Municipal de Juína- MT encontram-se três unidades de escolas indígenas, a única presente, no território de Juína é a Escola Estadual Indígena Eterepuyi, pertencente à etnia Cinta Larga, as outras duas unidades de ensino, Escola Estadual Indígena Pé de Mutum e Escola Estadual Indígena Myhyinimykyta Skiripi, ambas da etnia Rikbaktsa, pertenciam a outros municípios, a primeira era de responsabilidade da Assessoria do município de Juara e a segunda pertencia ao território de Brasnorte.



As Terras Indígenas onde estão localizadas as referidas unidades escolares anteriormente mencionadas são de responsabilidade da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) que se encontra na Avenida JK s/n. A Assessoria do Município de Juína responsável pela fiscalização de âmbito pedagógico localiza-se na rua, Vanor Lauro de Melo, nº 39, Módulo 01.

### **2.1. Escola Estadual Indígena Eterepuyi**

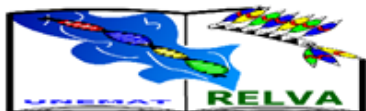
Criada através do Decreto nº 4.921 de 28 de Agosto de 2002, e do processo nº 1035.665-7, o Governo do Estado de Mato Grosso decide criar a “Escola Estadual Indígena Ricardo Junior Cinta Larga” localizada na Aldeia Capivara, nas Terras Indígenas Parque Aripuanã, no Município de Juína – MT. Essa unidade escolar foi autorizada a atuar na modalidade ensino fundamental a partir do ano de letivo de 2002.

No ano de 2011, através da Resolução nº 015/2011 e publicado no Diário Oficial de 22 de março de 2011, decide alterar o nome da instituição para “Escola Estadual Indígena Eterepuyi”. Teve seu credenciamento pela Câmara de Educação Básica (CBE) 261/2010, aprovado pelo Parecer nº 298/2010 – Conselho Estadual de Educação, em 19 de outubro de 2010, para ministrar a educação básica, sendo esse documento publicado no Diário Oficial de 27 de outubro de 2010.

A Escola Estadual Indígena Eterepuyi, além da sede, conta com mais 04 (quatro) salas anexas. Esta escola está localizada cerca de 150 km da Assessoria Pedagógica, no distrito de Terra Roxa, no entanto, uma dessas suas salas fica a 95 km na Linha Filadélfia. Considerando a sede da escola a sala anexa do Rio Furquim, perfazendo um total de 245 km de distância percorridos pelos Assessores.

Com relação à estrutura física dessa unidade escolar todas são de alvenaria, e cobertas com telhas de barro, o piso é de cimento a sede é constituída de 03 (três) salas de aula, 01 (uma) cozinha e banheiros masculino e feminino. A Aldeia Rio Seco possui uma unidade anexa com 03 (três) salas de aula, 01 (uma) cozinha e espaço para refeitório.

A Escola Estadual Indígena Eterepuyi (quadro 01), e suas respectivas salas anexas, conta com um quadro de funcionários composto por um diretor indígena, uma secretária não indígena, além de sete educadores, desses, seis são indígenas com as seguintes habilitações: dois com magistério, dois com ensino médio não profissionalizante, um com ensino fundamental e dois com ensino superior em letras sendo um é não indígena. Todos os



educadores são vinculados a essa unidade escolar por contratos temporários através da rede estadual de ensino. Contam, também, com Conselho Deliberativo.

### 2.2. Escola Estadual Indígena Pé de Mutum

Com o aumento da população Rikbaktsa, na última década do século passado, a escola se tornou uma necessidade para o povo Rikbaktsa. Segundo relata Butamy, Nabita e Tsibatsibata (2006, p. 19) a escola para o povo Rikbaktsa é um lugar que temos para registrarmos através da escrita os cantos, os mitos e a história na língua materna.

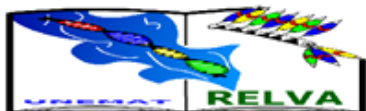
No ano de 2000 foi criada a escola pelo município de Juara, denominada *Escola Municipal Indígena Cacique Matsã*, anos mais tarde a comunidade solicitou a estadualização da escola devido às dificuldades que o município tinha em gerenciar essa unidade de ensino. Então, no ano de 2009, a Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso – SEDUC decide criar através do Decreto nº 1858, de 20 de Março de 2009, a Escola Estadual Indígena Cacique Matsã, que teve seu nome alterado para Escola Estadual Indígena “Pé de Mutum”, mediante do Decreto nº 85 de 02 de fevereiro de 2011.

O seu credenciamento foi aprovado no dia 13 de julho de 2010, através do CEB nº 175/2010-CEE/MT – Conselho Estadual de Educação, cujo funcionamento foi liberado pela autorização do CEB nº 315/2010 – CEE/MT, convalidando a Etapa do Ensino Fundamental da Educação Básica, e publicado no Diário Oficial do Estado no dia 03 de Agosto de 2010.

A Escola Estadual Indígena Pé de Mutum, localizada a margem direita do rio Juruena na aldeia Pé de Mutum, está a 96 km do município de Juína, além da unidade principal possui mais cinco salas anexas, sendo o traslado para estas salas, feito por via pluvial.

O espaço físico é composto de seis salas de aulas, uma cozinha construída separadamente das salas de aulas, a construção é em madeira e coberta com telhas de amianto, o piso é de alvenaria, a construção dessa unidade de ensino ficou a cargo da Diocese de Juína essa unidade de ensino possui mais cinco salas anexas.

A escola Pé de Mutum, conforme elucida o Quadro 01 e suas respectivas salas anexas possuem um quadro de funcionários administrativos composto por um diretor e um coordenador pedagógico ambos Rikbaktsa, uma secretária não indígena, além de vinte e três educadores indígenas e não indígenas. Desses, seis possuem ensino médio não profissionalizante e são indígenas, quatro indígenas com curso de magistério, seis que são indígenas com ensino fundamental completo, um pedagogo indígena, um com formação em



Matemática não indígena, três com licenciatura em Letras sendo um indígena, e um em geografia não indígena. Os educadores indígenas atuam nos três primeiros ciclos de formação humana. Todos os educadores são contratados.

Os professores que não são indígenas lecionam exclusivamente no ensino médio. A escola principal possui hoje mais de oitenta alunos matriculados e frequentando divididos em todas as modalidades de ensino (ensino fundamental, médio e EJA), sendo também a maior escola indígena, assistida pela Assessoria de Juína. Essa unidade de ensino conta com Conselho Deliberativo.

### **2.3. Escola Estadual Indígena Myhyinimykyta Skiripi**

Essa unidade escolar está localizada na aldeia Barranco Vermelha nas Terras Indígenas Erikpaktsa ou Rikbaktsa, no território de Brasnorte–MT foi criada através do processo nº 192.265/2006 e publicada no Diário Oficial do dia 24/04/2007.

A Escola Estadual Indígena Myhyinimykyta Skiripi, teve seu credenciamento CEB nº 323/2009, Conselho Estadual de Educação, para ministrar a educação básica a parti de 01 de Janeiro de 2009. Teve sua autorização aprovada CEB nº 409/2009 em 20 de Outubro de 2009 – CEE/MT - Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso através do processo nº 1130/08 CEE/MT. E seu credenciamento através do processo nº 1130/2008 CEE/MT e do parecer CEB nº 445/2009 e publicado em Diário Oficial de 01 de Janeiro de 2009.

Através do ato 31/2015 publicado no diário oficial do dia 19 Março de 2015, a baseado no processo nº 2345/2011 WEC – CEE/MT através da resolução normativa nº 002/2013 CEF/MT, decide desativar parcialmente as atividades da Educação Básica: Ensino Médio e EJA – a partir de 01 de Janeiro de 2009 da referida unidade escolar, sendo assim o estado só terá a responsabilidade de ofertar o ensino médio e o EJA.

A Escola Estadual Indígena Myhyinimykyta Skiripi, está localizada a aproximadamente 100 km da Assessoria de Juína – MT, essa unidade de ensino conta com 07 (sete) salas anexas, com estrutura física de alvenaria, cobertas com telhas de barro, o piso é de cimento, possuindo uma cozinha e salas de aula, a sede conta com 03 (três) salas de aula, 01 (uma) cozinha, 01 (uma) sala para secretaria, banheiros masculino e feminino e um espaço para refeitório.

O quadro de funcionários dessa unidade de ensino (Quadro 01) é composto de uma diretora não indígena, um coordenador indígena, um professor com ensino fundamental

completo, dez professores com ensino médio não profissionalizante todos indígenas, um indígena com magistério, quatro indígenas com licenciatura plena em ciências matemáticas e da natureza, sendo um professor efetivo, dois com habilitação em licenciatura em Ciências Sociais e dois indígenas com licenciatura plena em Línguas, Artes e Literatura.

Essa unidade escolar possui uma equipe de educadores em que todos são indígenas. E também conta com Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar.

**Quadro 01 - Nível de Escolaridade dos Educadores das Escolas Indígenas**

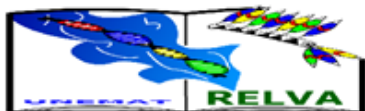
ESCOLAS	FORMAÇÃO DOS PROFESSORES			
	FUNDAMENTAL	MÉDIO	MAGISTÉRIO	SUPERIOR
Eterepuyi	01	02	02	02
Pé de Mutum	06	06	04	07
Myhyinimykyta	01	10	01	08
TOTAL	08	18	07	17

**Fonte:** Assessoria Pedagógica do Município de Juína (2016).

Como se observa no Quadro 01, o número de educadores não habilitados é maior em relação aos educadores habilitados, tendo oito professores com Ensino Fundamental, dezoito educadores com ensino médio, sendo esse não profissionalizante, sete educadores com magistério, somando esses três níveis de ensino há total de trinta e três professores sem habilitação, dezessete educadores com nível superior formados em diferentes áreas, pois cinco desses educadores com nível superior não são indígenas.

O Estado de Mato Grosso dentro das políticas educacionais para os povos indígenas tem se destacado no cenário regional e nacional, servindo de referência para outros Estados brasileiros. São vários os processos de formação de Professores indígenas, em território matogrossense, processos estes específicos na formação de professores de nível médio (Projeto Tucum, Projeto Pedra Brilhante-Urucum, Projeto de Formação de Professores Mebengôkre, Panará e Tapayuna e Projeto Hayô).

Com relação à formação de professores indígenas em Nível Superior dar-se-á início em 2001, capacitando profissionais em licenciatura que atuavam em escolas de ensino fundamental e médio. No entanto, o número de educadores indígenas formados em nível médio e superior não supre a demanda da região. Compete aos Estados garantir a continuidade da formação em cursos regulares para o atendimento das comunidades (RAMOS E ZÓIA, 2013, p.236).



### **3. CURRÍCULO DAS ESCOLAS INDÍGENAS**

Com a criação da lei Darcy Ribeiro 9394/1996, conhecida popularmente como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) o currículo do ensino fundamental e médio, passa a ter uma base nacional comum e podendo ser complementado de acordo com cada sistema de ensino. As duas partes devem ser consideradas um todo integrado, e não blocos distintos (LIBÂNEO, 2012, p. 345).

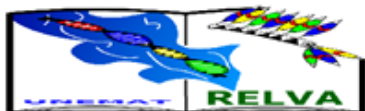
Tendo sua consolidação na LDB, com uma educação bilíngue e intercultural, a educação escolar indígena dois anos mais tarde ganhou um grande instrumento para orientar seus gestores e professores na organização do currículo de suas escolas - o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas. Este documento serve de base para que cada escola indígena reflita sobre o desenvolvimento curricular e as experiências pedagógicas existentes ou que poderão emergir no interior de cada escola indígena (RCNEI, 1998, p. 13).

Pensar o currículo no cerne de uma unidade escolar indígena é saber respeitar as características culturais, sociais, econômicas, políticas e de toda a história que envolve o povo indígena em questão. A confecção desse currículo deve estar em consonância com o plano político pedagógico da escola, é nele que a sociedade envolvida vai buscar sanar seus anseios. Como destaca Libâneo (2012, p. 489), o currículo compreende um modo de seleção da cultura produzida pela sociedade, para formação do aluno; é tudo o que se espera, seja aprendido e ensinado na escola.

O currículo em sua evolução histórica dentro do cenário educacional brasileiro, sempre esteve vinculado aos interesses de um determinado grupo que primava pela manutenção de seus ideais.

Os critérios de seleção dos conteúdos culturais que compõem o currículo são justapostos da maneira com que os grupos em vantagem nas relações sociais entendem como a mais apropriada, para que sua apreensão desencadeie as modificações esperadas nos alunos, conforme o nível de ensino (NEIRA & NUNES, 2009, p. 58).

Nos últimos anos a discussão em torno das diversidades presentes em território nacional, vem ganhando uma atenção especial entre os especialistas, principalmente sobre a elaboração de um currículo específico ao sistema educacional brasileiro. Nos últimos anos, temas derivados dos estudos culturais, de raça, e de gênero já começam a notar no pensamento brasileiro, seguindo novas tendências (MOREIRA, 2008, p. 12).



As disciplinas que fazem parte da matriz curricular obrigatória do ensino fundamental das escolas indígenas estão concentradas em áreas de conhecimento:

Área de Linguagens: Língua Portuguesa, Língua Materna (para as populações indígenas), Arte, Língua Estrangeira (optativa), Educação Física. Área de Ciências Naturais e Matemática: Ciências e Ciências Matemáticas e Área de Ciências Humanas e Sociais: História, Geografia e Educação Religiosa (optativa). Esse formato é utilizado nos três primeiros ciclos de formação humana (MATO GROSSO, 2012, p. 254).

Essa mesma organização ocorre com a matriz curricular do Ensino Médio recebendo uma nomenclatura diferenciada: a) Linguagem, Códigos e suas Tecnologias; b) Ciências Humanas e suas Tecnologias; c) Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias (MATO GROSSO, 2012, p. 254).

No Ensino Fundamental das escolas indígenas, as turmas estão organizadas em classes multisseriadas<sup>2</sup> e distribuídas dentro de cada ciclo de formação humana. Esse tipo de organização escolar contribui numa medida pedagógico-administrativa coerente que defende o acesso e a permanência de todas as crianças numa escola democrática, de qualidade e constitutiva da cidadania (MATO GROSSO, 2001, p. 20).

A organização do currículo das unidades escolares indígenas em eixos temáticos foi o meio que a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), encontrou como forma de contribuir para o processo didático/pedagógico e metodológico, das unidades escolares envolvidas, contribuindo na inter-relação das diferentes áreas do conhecimento e facilitando a construção de um currículo flexível e relevante aos interesses de comunidade escolar indígena envolvida.

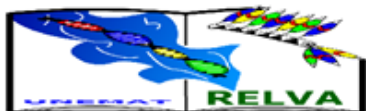
Os eixos temáticos que podem fazer parte dos projetos políticos pedagógicos (PPP) das unidades escolares indígenas são: a) Diversidade Étnica e Cultural, b) Planeta Terra, Ambiente e Biodiversidade, c) Terras Indígenas, Organização e Direitos Indígenas, d) Segurança Alimentar, Trabalho e Auto Sustentação, e) Educação e saúde, f) Ética Justiça, Solidariedade e Paz. É de responsabilidade da comunidade envolvida a utilização de outros eixos temáticos.

O currículo de uma escola indígena deve ser construído levando em conta a estrutura cultura da comunidade indígena envolvida. Organizar o currículo respeitando o pluralismo de ideia e concepções pedagógicas são de fundamental importância na elaboração do currículo e

---

<sup>2</sup> Classe multisseriada no sistema educacional brasileiro, dizem-se das séries, fileiras, etapas, classes ou categorias cujos alunos estão em nível distintos de aprendizagem, mais são instruídos.





preservação da identidade de uma sociedade, para isso é necessário que gestores e educadores estejam comprometidos na construção de um currículo sólido na preservação da identidade do povo em questão.

A seleção de conteúdos para a matriz curricular deve levar em conta sua relevância social e sua contribuição para o desenvolvimento intelectual do aluno. Esses dois critérios podem guiar a equipe gestora e professores nas escolhas que precisam ser feitas em função das capacidades que se pretende desenvolver e da ampla gama de conteúdos e assuntos possíveis a ser abordados e tratados no âmbito de cada área de conhecimento. Área do conhecimento Linguístico (Língua Portuguesa, Língua Materna, Artes e Educação Física); Área do conhecimento Lógico – Matemático e Natural (Matemática e Ciências); Área do conhecimento Social (História, Geografia e Educação Religiosa) e Temas Transversais.

Os saberes devem ser construídos levando em conta os processos históricos vivenciados por homens e mulheres ao longo da existência humana. Fazendo com que as civilizações preservem, acumulem e reproduzam os seus conhecimentos. As Unidades Escolares indígenas deverão propor uma ação pedagógica organizada com base nas áreas do conhecimento possibilitando assim, a interdisciplinaridade, articulando e integrando significativamente todos os conteúdos.

Considerando a estrutura social atual que se encontram os povos indígenas em nossa região, o processo ensino-aprendizagem necessita de um pensar reflexivo e construtivo para uma ação que respeite as diferenças e conhecimento de cada sujeito envolvido. Garantindo assim, efetivamente, uma continuidade curricular nos processos de formação e que os alunos possam ampliar e modificar seu processo de compreensão do mundo.

#### **4. DADOS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA DO MUNICÍPIO JUINA – MT**

A população indígena matriculada e frequentando as três unidades escolares indígenas estudadas são de 555 (quinhentos e cinquenta e cinco) alunos, de dois povos indígenas (Rikbaktsa e Cinta Larga). A escola com o maior número de alunos é a Escola Estadual Indígena Pé de Mutum com 206 (duzentos e seis alunos) distribuídos em todas as modalidades de ensino da educação básica (fundamental, médio e EJA), a segunda em número de aluno é a Escola Estadual Indígena Myhyinimykyta Skiripi, com um total de 146 (cento e quarenta e seis) alunos, frequentando a última fase da educação básica e EJA, a terceira em número de alunos é a unidade Escolar Estadual Indígena Eterepuyi com um total de 107 alunos matriculados (quadro

02). Esse número poderia ainda ser maior, no entanto há aldeias longínquas o que torna difícil o traslado de professores, fazendo com que alguns alunos deixem de estudar.

Com relação aos professores que lecionam nas unidades escolares estudadas, na maioria são indígenas, sendo 45 educadores. Há a presença de apenas 05 (cinco) professores não indígenas. Totalizando no geral 50 educadores lecionando nas comunidades indígenas, conforme ilustra o Quadro 02.

Para que possamos fornecer aos povos indígenas uma educação específica e diferenciada é de suma importância que os educadores estejam inseridos dentro da própria comunidade, transformando-os em professores pesquisadores de sua própria cultura, como ressalta Ramos e Zóia (2013, p.236) é de fundamental importância que o professor seja indígena para que seja garantida a presença da cultura indígena ao longo de todo o processo educacional.

Fornecer aos povos indígenas meios para manutenção de sua cultura é de fundamental importância para a preservação da mesma o professor sendo da sua própria comunidade pode garantindo assim a continuidade da língua materna. Constituída como disciplina em si e como instrumento de ensino em todas as outras disciplinas do currículo escolar. (RAMOS E ZÓIA, 2013 p. 236).

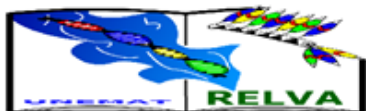
**Quadro 02 - Quantidade de Professores e Alunos matriculados das unidades escolares indígenas.**

Escolas	Professores		Alunos Matriculados	
	Indígenas	Não Indígenas	Indígenas	Não Indígenas
Pé de Mutum	19	04	206	-
Eterepuyi	06	01	107	-
Myhyinimykyta	20	-	142	-
Total	45	05	555	-

Fonte: Assessoria Pedagógica do Município de Juína (2016).

O número de professores do sexo masculino predomina em relação ao sexo feminino, dos 55 (cinquenta e cinco professores) 16 (dezesesseis) são mulheres e 39 (trinta e nove) homens, a Escola Estadual Indígena Pé de Mutum onde há um número maior de professoras 10 (dez), a Escola Estadual Myhyinimykyta Skiripi possui 04 (quatro) professoras e a Escola Estadual Indígena Eterepuyi com 02 (duas) professoras.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS



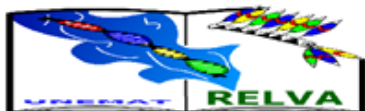
A educação escolar indígena é uma realidade no município de Juína que apresenta características específicas que muito a diferencia das demais modalidades de ensino. Por isso é necessário que haja o monitoramento e regulação eficiente das Políticas Públicas para a Educação Indígena, a fim de garantir a autonomia e auto-sustentação aos povos indígenas.

É evidente a necessidade de intensificar os esforços quanto à formação de professores indígenas, pois a qualificação profissional fortalece a Identidade Cultural, na medida em que o ensino na língua materna alicerça as raízes culturais dos povos indígenas e também a qualificação nutre os professores indígenas de capacidades importantes sobre o processo de ensino-aprendizagem, o que os tornam mais preparados para contribuir com a construção do Projeto Político-Pedagógico.

Outro aspecto a destacar é a inclusão, não tratada apenas como uma discussão obrigatória e superficial nas escolas urbanas, visto que estas tem recebido um número expressivo de alunos indígenas, mas como uma política verdadeiramente eficiente na sensibilização e promoção de mudanças no comportamento e pensamento de toda uma sociedade, pois a região do noroeste de Mato Grosso ainda é local de conflito e grande intolerância aos povos indígenas. Assim, da mesma forma que são importantes os investimentos na infraestrutura das escolas que estão localizadas dentro das aldeias, na formação de professores indígenas e na capacitação profissional e melhoria nos recursos disponíveis aos órgãos de assistência educacional como o Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica (Cefapro) e a Assessoria Pedagógica, também é fundamental que a educação em âmbito geral caminhe para a construção de uma sociedade igualitária e justa, que compreenda e valorize as diferenças culturais e que se afaste de qualquer tipo de discriminação.

### **STUDY ON REALITY OF EDUCATION STUDENT IN INDÍGENE IN THE MUNICIPALITY JUÍNA-MT**

**ABSTRACT-** The objective of this article is to understand the reality of the indigenous school education of the municipality of Juína located in the northwest region of Mato Grosso. This paper seeks to contribute to the debate about the reality of indigenous school education in the municipality of Juína - MT, besides addressing the peculiarities of a subject that deserves great attention by the bodies that oversee "indigenous school education". Contextualizing the indigenous school units assisted by the pedagogical advice of the municipality of Juína and presenting data on the reality of the same as the level of teacher training. It is also intended a reflection on the curriculum of the Mato Grosso indigenous school units. For this purpose a



qualitative research was carried out with descriptive and explanatory characteristics. Finally, we conclude that it is of the utmost importance for the State to develop policies for the structuring of pedagogical advice and education policies for indigenous teachers, thus providing adequate support to the indigenous school units involved.

**Keywords:** education; Indigenous schools; public policy.

## REFERÊNCIAS

BUTAMY, Tarcísio; NABITA, Eriberto; TSIBATSIBATA, Matias. **Rikbaktsa Harere Pinymyry: Vamos aprender a Língua do Povo Rikbaktsa.** Trabalho de Conclusão de Curso. Licenciatura em Línguas, Artes e Literatura. UNEMAT. Barra do Bugre – MT. 2006.

FERREIRA, João Calos Vicente; Silva e Costa, Paulo Pitaluga. **Breve história de Mato Grosso e de seus municípios.** Cuiabá, 1994.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação escolar: políticas, estruturas e organização.** 10 ed. Ver. E ampl. - São Paulo: Cortez, 2012 (coleção docência em formação: saberes pedagógicos/coordenação Selma Garrido Pimenta).

MATO GROSSO, Secretaria de Estado de Educação. **Orientações curriculares: diversidades educacionais.** Cuiabá: Gráfica Print, 2012. 308p.

MATO GROSSO, Secretaria de Estado de Educação. **Escola ciclada de Mato Grosso: novos tempos e espaços para ensinar – aprender a sentir, ser e fazer.** 2 ed. Cuiabá: Seduc. 2001.

MOREIRA, Antônio Flavio Barbosa. **Currículo: políticas e práticas.** Campinas, SP: Papyrus, 2008. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

NEIRA, Marcos Garcia; NUNES, Mário Luiz Ferrari. **Educação física, currículo e cultura.** – São Paulo: Phorte, 2009. 288 p.

RAMOS, Vanessa Nunes; Zóia, Alceu. **A formação do professor indígena.** Revista Saberes Pedagógicos. v. 4, n.2, p.230 – 238, agosto – dezembro 2013.

Recebido em: 29 de setembro de 2016.

Aprovado: 17 de dezembro de 2016.